



TAXEM
os
RICOS

CONGRESSO DISCUTE TAXAÇÃO BBB:

BANCOS, BETS E BILIONÁRIOS

A CONTA CHEGOU

Governo Lula aposta na aprovação da taxaço de Bancos, Bets e Bilionários, essencial para corrigir desigualdades, fortalecer a economia e garantir os investimentos sociais de 2026. Comissão mista aprova MP que altera taxaço. Texto segue para plenário da Câmara

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 07 de outubro de 2025 Nº 210

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára

be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Já está disponível para compra o novo livro do jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

» PROGRAMA Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA



ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores





A conta dos ricos

O Congresso tem até quarta-feira (8) para votar a Medida Provisória 1303, que taxa bancos e bilionários. A proposta, peça-chave da justiça tributária do governo Lula, pode caducar e colocar em risco R\$ 20 bilhões em arrecadação previstos para 2026. **pág. 05**

CARTA AO LEITOR

Lula com competência, carisma e solidez

pág. 04

CAPA

R\$ 20 bilhões em jogo: Congresso decide se ricos continuarão isentos; MP pode caducar nesta quarta

pág. 05

Secretário da Fazenda defende isenção do IR e taxa das bets como pilares da justiça tributária

pág. 08

BRASIL

Governo reforça resposta nacional a casos de intoxicação

por metanol com apoio da Unicamp e Fiocruz

pág. 10

Constituição Federal de 1988 chega aos 37 anos como uma das mais modernas do mundo

pág. 12

ECONOMIA

Tarifaço: Brasil lidera exportações de carne bovina e cresce as de soja para China

pág. 14

POLÍTICA

Encontro marca lançamento da nova etapa da Jornada Nova Primavera, voltada à formação e mobilização popular

pág. 15

Cadê o Magrão?

pág. 17

MEMÓRIA

Herói, vilão ou mito? A trajetória de Che Guevara 57 anos após sua morte

pág. 18

CULTURA

“O Carnaval de rua precisa ser livre e democrático”

pág. 20

Lula emociona público ao prestigiar os 60 anos de carreira de Maria Bethânia

pág. 24

INTERNACIONAL

Lula e Trump trocam telefones e prometem encontro em breve: imprensa mundial repercute

pág. 25

Terra arrasada: dois anos da guerra em Gaza e um rastro de destruição, fome e mortes

pág. 27

Do TikTok às ruas: Geração Z lidera levantes no continente Africano

pág. 30

ARTIGO

Extrema direita ganha espaço no Japão: imigrantes podem ser os mais afetados

pág. 33



Lula com competência, carisma e solidez

Alberto Cantalice

Desde que a mal-fadada Operação Lava Jato provocou uma razia no mundo político e empresarial, promovendo a vitória do atualmente inelegível Jair Bolsonaro em 2018, orquestrando perseguições judiciais e trazendo à cena verdadeiros criminosos de toga, como Deltan Dallagnol e Sergio Moro, pareceria, para um observador externo à recente história política brasileira, que a extrema direita havia vindo para ficar.

A despeito do estrago na imagem do Poder Legislativo nas eleições de 2018 e 2022, quando foram eleitos, na esteira das fake news, verdadeiras aberrações cuja atuação nas duas Casas Legislativas envergonha quem tenha um mínimo de ética e bom senso, a democracia resistiu e resiste.

Derrotados pela única figura política capaz de aglutinar a cidadania – Luiz Inácio Lula da Silva – esperaram a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos para, em uma conspirata levada a cabo por reles traidores da pátria, tentar embaraçar as relações entre o Brasil e os EUA. “Cristãos novos” na seara da grande política, acharam que iriam esgrimir contra o experimentado Lula e sair vitoriosos na contenda. Ledo engano.

Ao afirmar ao presidente Donald Trump que Brasil e Estados Unidos são as duas maiores democracias do Ocidente, o presidente brasileiro mira no fortalecimento mútuo entre as nações.

Ao manter firme seu posicionamento desde que o norte-americano impôs as tarifas, ir às Nações Unidas e proferir com altivez sua fala na abertura da Assembleia Geral – defendendo a lógica que norteia as relações comerciais na atualidade, a da Organização Mundial do Comércio (OMC) – o

presidente brasileiro fez-se ouvir por Trump.

Era uma questão de tempo. Nas relações entre Estados, o que prevalece sempre é o interesse concreto – na maioria das vezes, o econômico. Donald Trump, como homem de negócios, sabe disso como ninguém.

Quem está ficando a ver navios são as maritacas golpistas. Já está mais do que claro para a maioria da população que o que menos conta para o extremismo direitista é o interesse nacional.

Enquanto isso acontece, Lula segue cumprindo suas promessas de campanha: derrotou a tentativa de golpe, fortaleceu as instituições da República, colocou o pobre no orçamento e o rico no Imposto de Renda.

A força demonstrada pelo atual presidente colocou a direita e a extrema direita em um ringue particular. Todos os dias a mídia noticia as patranhas desses personagens na busca por uma candidatura que os represente.

Está feia a coisa. Para eles.



O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ao centro, durante sessão nesta terça-feira (7). O Congresso deve decidir até quarta, quando a MP da Taxação BBB perde a validade

Justiça tributária: Congresso decide se ricos continuarão isentos; MP caduca nesta quarta

MP da Taxação BBB, prioridade do governo Lula, enfrenta resistência de setores privilegiados e pode caducar nesta quarta (8)

Guto Alves

“Estamos fazendo um ajuste utário para que os mais ricos paguem um pouco, para que a gente não precise cortar dinheiro da educação ou da saúde”, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao defender a aprovação da Medida Provisória 1303, conhecida como Taxação BBB, por atingir bets, bancos e bilionários. A Medida, apresentada pelo

Governo em junho deste ano – e que perde validade nesta quarta-feira (8) – foi aprovada no início da noite desta terça (7) na comissão mista do Congresso, por 13 votos a 12, e segue agora para votação em plenário. A proposta é uma das principais apostas do governo na agenda de justiça tributária e equilíbrio fiscal, mas pode caducar na quarta-feira (8) se não for votada a tempo.

O texto aprovado passou por ajustes e concessões para assegurar maioria mínima. A principal

mudança foi o aumento da alíquota sobre aplicações financeiras e investimentos, fixada em 18%, após acordo com o MDB e partidos de centro.

O governo pretendia unificar a tributação em 17,5%, mas aceitou elevar a taxa em troca de preservar o núcleo arrecadatório da proposta e destravar as negociações.

Zarattini também alterou o dispositivo sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP) — mecanismo utilizado por grandes empresas —, fixando a alíquota em 18%, abaixo

dos 20% sugeridos originalmente pelo governo, mas acima dos 15% atuais. Segundo cálculos oficiais, a arrecadação estimada é de R\$ 15,8 bilhões entre 2026 e 2028.

A costura de Haddad e a resistência no Congresso

A vitória apertada na comissão mista foi resultado de negociações intensas entre o governo e as bancadas da Câmara e do Senado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu pessoalmente com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para garantir a votação do relatório apresentado por Carlos Zarattini (PT-SP).

O deputado, relator da Medida Provisória 1.303, alternativa ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), afirmou nesta terça-feira (7) que as mudanças incluídas em seu parecer reduziram de R\$ 20 bilhões para cerca de R\$ 17 bilhões a estimativa de arrecadação com as medidas previstas na MP.

“É uma redução importante, mas muito melhor do que não votar a MP”, declarou Zarattini, ao defender o esforço de consenso para evitar a caducidade da proposta.

Segundo ele, a votação no Congresso depende apenas de alguns senadores que estão reunidos com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que “não tem resistências ao relatório”. “Acontece que alguns senadores estão dizendo que não tiveram tempo para conhecer melhor o texto e querem tomar pé”, afirmou o parlamentar.

Líderes da base governista também se reuniram na manhã desta terça-feira para alinhar a tramitação da medida. Ao final do encontro, Zarattini negou que houvesse mudanças estruturais

em seu relatório: “São apenas algumas correções”, limitou-se a dizer.

Zarattini destacou ainda que, pela primeira vez, o país está aumentando o imposto de renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP), mecanismo usado por grandes empresas para reduzir carga tributária.

“O governo toma esta atitude para garantir que, no ano que vem, a gente tenha a continuidade dos programas sociais, dos investimentos na educação e na saúde. Vamos lutar para aprovar

É difícil cortar privilégios, mas mais difícil é negar recursos a quem precisa”, afirmou Haddad

este projeto na terça-feira e, na quarta-feira, no Senado.”

O governo e o partido do presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores, contam e convocam publicamente a mobilização da sociedade civil para pressionar o Congresso a aprovar a medida, considerada vital para o equilíbrio fiscal do país e para a correção de distorções no sistema tributário nacional.

O que muda se a Taxação BBB for aprovada

A MP 1303 foi editada em junho para compensar a perda de arre-

cação causada pela derrubada parcial do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no Congresso. O texto eleva tributos sobre fintechs, casas de apostas, grandes investidores e rendimentos financeiros.

Entre as medidas, estão:

- aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das fintechs de 9% para 15%, aproximando-as dos bancos tradicionais, que pagam 21%;
- criação do “RERCT Litígio Zero Bets”, para tributar retroativamente as apostas eletrônicas operadas antes da regulamentação;
- aumento da tributação sobre aplicações financeiras para 18%, unificando faixas que variavam entre 15% e 22,5%;
- manutenção da isenção para LCIs, LCAs, CRIs, CRAs e debêntures incentivadas, após negociação com o Congresso;
- tributação de 17,5% sobre ativos digitais (como criptomoe-das), com um programa temporário de regularização para quem quiser declarar bens omitidos.

Com esses ajustes, a previsão de arrecadação, que poderia chegar a R\$ 35 bilhões, foi reduzida para R\$ 17 bilhões em 2026, segundo o relator. Ainda assim, o governo considera o valor essencial para o equilíbrio fiscal.

“É difícil cortar privilégios”, diz Haddad

Durante as negociações, Haddad destacou a dificuldade política de enfrentar privilégios tributários enraizados no sistema brasileiro. “É difícil, porque as pessoas vêm para cá e começam a insistir que vai acabar o mundo. E os privilégios, para serem cortados, exigem muita tenacidade, muita determinação, sobretudo

“A Taxação BBB é fundamental para garantir arrecadação e equilíbrio fiscal”

disse Zarattini

por parte da área econômica”, afirmou o ministro.

“O que a gente está fazendo é mostrando que há privilégios que não fazem mais sentido. E quando um privilégio tributário não faz sentido, ele tem que ser cortado, porque está fazendo falta para alguém que está precisando mais do que aquele empresário”, disse.

Para Haddad, o relatório final representa um texto de consenso possível, que mantém o espírito da proposta original. “Depois dos esclarecimentos feitos, parece que o calendário vai seguir seu caminho, evidentemente com o aval do governo. Estamos confiando que a condução do Zarattini está adequada para seguir adiante e produzir o resultado que obtenha os votos necessários”, afirmou.

Justiça tributária e responsabilidade fiscal

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem defendido a MP como parte central da política de responsabilidade fiscal com justiça social. Em julho, ele afirmou que o país precisa reequilibrar a carga tributária sem comprometer programas sociais.

“Estamos fazendo um ajuste tributário para que os mais ricos paguem um pouco, para que a gente não precise cortar dinheiro da educação ou da saúde”, disse.

Lula também lembrou que o governo tem buscado dialogar com o Congresso, mas que não renunciará a medidas que reforcem o financiamento de políticas públicas.

“O governo brasileiro tem o direito de propor o IOF, sim, e não estamos propondo aumento de imposto. Estamos fazendo um ajuste para que os mais ricos paguem um pouco. Houve pressão das bets, das fintechs, e o dado concreto é que o interesse de poucos prevaleceu”, afirmou.

Segundo o presidente, a MP e outras medidas semelhantes buscam corrigir distorções estruturais. “Se eu não entrar com recurso no Poder Judiciário, se não for à Suprema Corte, eu não governo mais o país. O Congresso legisla e eu governo”, disse.

Impactos e projeções de arrecadação

De acordo com a Receita Federal, a MP deverá elevar a arrecadação federal em R\$ 10,5 bilhões neste ano e R\$ 20,8 bilhões em 2026.

As projeções incluem:

- R\$ 10 bilhões anuais com o endurecimento das regras de compensação tributária;
- R\$ 4,9 bilhões com o aumento do Imposto de Renda sobre JCP;

- R\$ 1,7 bilhão com a taxação das bets;
- R\$ 1,5 bilhão com o reajuste sobre fintechs;
- R\$ 2,6 bilhões com o fim de isenções para títulos privados incentivados.

Esses números reforçam o papel da MP na meta de equilíbrio fiscal estabelecida pela Lei do Arcabouço Fiscal, segundo a qual o governo busca zerar o déficit primário até o fim de 2025 sem comprometer investimentos sociais e infraestrutura.

A reta final e os próximos passos

Após a aprovação na comissão mista, a MP 1303 segue para votação no plenário da Câmara ainda nesta terça (7), devendo ser analisada pelo Senado até esta quarta (8). Caso não seja aprovada nas duas Casas, perde validade.

O Planalto tenta mobilizar sua base aliada e partidos do centro para garantir a aprovação, em meio a um cenário de pressão econômica e disputa política.

A expectativa é que, com a votação expressa, o governo evite a caducidade e reafirme o compromisso com um sistema tributário mais justo e equilibrado, fazendo valer a máxima de “quem pode mais, contribui mais”.



Secretário da Fazenda defende isenção do IR e taxa  o das bets como pilares da justiça tributária

Secretário de Política Econ mica da Fazenda, Guilherme Mello detalhou os impactos da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil

Redação Focus Brasil

A isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxa  o das apostas online, prevista na Medida Provisória (MP) 1303, foram temas centrais da entrevista

concedida pelo secretário de Política Econ mica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, ao programa Café PT, da TvPT, nesta segunda-feira (6).

Segundo Mello, 25 milhões de trabalhadores são beneficiados com a medida, uma soma que inclui os 10 milhões de brasileiros que deixaram de pagar imposto em 2023 (até dois salários m ni-

mos), mais 10 milhões que são isentos a partir de janeiro de 2026 (até R\$ 5 mil), e 5 milhões que terão redução no imposto (até R\$ 7.350).

“O que nós elaboramos foi uma proposta de justiça tributária, uma reforma da tributação sobre a renda que nunca havia sido feita no Brasil. Super rico tem que pagar pelo menos o mesmo que uma



enfermeira, um professor ou um policial militar. Não pode pagar menos. É completamente injusto”, afirmou o secretário.

Mello lembrou que, durante os governos Temer e Bolsonaro, a tabela do IR ficou congelada e o primeiro movimento do governo Lula foi garantir a isenção para quem ganhava até dois salários mínimos.

Críticas a Tarcísio e defesa da justiça tributária

O secretário também criticou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, por se posicionar contra a proposta. “Poucos parlamentares ousaram falar esse tipo de coisa porque é de uma injustiça atroz você querer tributar o trabalhador e não tributar quem ganha mais de R\$ 1,2 milhão por mês”, disse.

Mello destacou que a aprovação unânime na Câmara demonstra o consenso em torno da proposta: “É muito difícil defender que um país deve tributar mais um professor do que um bilionário”.

De acordo com o secretário, a medida estabelece alíquota mínima de 2% para quem ganha acima de R\$ 620 mil por ano, chegando

a 10% para rendas acima de R\$ 1,2 milhão. O modelo segue diretrizes da OCDE e visa equilibrar a carga tributária entre diferentes faixas de renda.

Compensação e taxaço das bets

Mello explicou que a reforma foi desenhada para ser neutra ao Estado, ou seja, reduzir impostos dos mais pobres e aumentar dos mais ricos. Ele detalhou que a MP 1303 também prevê a taxaço das apostas esportivas (bets), com alíquota de 18%, cuja arrecadação deve atingir R\$ 3 bilhões até 2027.

“Além de não inviabilizar o negócio, vai ajudar o Estado a fazer investimentos fundamentais para o desenvolvimento humano e social, em áreas como saúde e educação”, observou.

Mello lembrou que a autorização para o funcionamento das bets no Brasil foi dada ainda no governo Temer, mas sem regulamentação. “Não havia regras, e muitas empresas atuavam de forma ilegal, sem recolher impostos”, afirmou.

A nova legislação determina que apenas plataformas regulamentadas e fiscalizadas poderão operar, com restrições para beneficiários do Bolsa Família e do

BPC. “O setor de apostas gera custos para o Estado, como os relacionados à saúde pública. É justo que contribua”, completou.

Cashback e cesta básica ampliada

O secretário também mencionou avanços na reforma do consumo, com a cesta básica ampliada isenta de impostos e o cashback tributário — devolução de parte dos tributos pagos pelos mais pobres.

“As medidas organizam o sistema, dão mais competitividade às empresas e devolvem imposto para quem está no CadÚnico. Isso é justiça tributária na prática”, ressaltou Mello. ■

Os impactos da nova faixa de isenção do IR

- Até R\$ 5 mil: isenção total a partir de janeiro de 2026
- Até R\$ 7.350: redução do imposto
- 25 milhões de pessoas beneficiadas
- Arrecadação compensada com taxaço de super-ricos e apostas online

Alexandre Padilha anunciou a ampliação da rede nacional de diagnóstico para intoxicação por metanol e destacou: “Estamos garantindo um grande estoque estratégico por precaução. Somos um ministério que preza pela vida.”



Agência Brasil

Governo reforça resposta nacional a casos de intoxicação por metanol com apoio da Unicamp e Fiocruz

Laboratório da Unicamp amplia capacidade de análise para 190 exames diários; medida fortalece resposta nacional e tratamento de pacientes

Redação Focus Brasil*

O Ministério da Saúde ampliou a capacidade nacional de diagnóstico de casos suspeitos de intoxicação por metanol, reforçando a rede de resposta rápida em todo o país. O anúncio foi feito nesta segunda-feira (6/10) pelo ministro Alexandre Padilha, durante coletiva em Brasília.

Com o apoio do laboratório de referência da Universidade Es-

tadual de Campinas (Unicamp), em São Paulo, o sistema passa a realizar até 190 análises por dia, fortalecendo a confirmação e o acompanhamento clínico dos pacientes. Até o momento, o Brasil registra 217 notificações, sendo 82,49% concentradas em São Paulo.

“Teremos grandes laboratórios como referência para todo o país, especialmente para o estado de São Paulo, que concentra o maior número de casos e maior demanda por exames de confirmação ou descarte de intoxicação por metanol”, destacou o ministro.

Além da Unicamp, a Fiocruz deve integrar em breve a rede nacional de apoio laboratorial.

Distribuição de antídotos e medicamentos

Desde o último sábado (4/10), o Ministério da Saúde já distribuiu mais de mil unidades do antídoto etanol para oito estados (AC, BA, CE, DF, MS, PE, PR e RJ). As ampolas fazem parte do estoque estratégico nacional, estruturado em parceria com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), para garantir reposição e logística de entrega conforme a



demanda dos estados.

O ministério também adquiriu 2,5 mil unidades do antídoto fomepizol de uma empresa japonesa — a primeira compra desse tipo realizada pelo Brasil. A empresa ainda doou 100 unidades adicionais, totalizando 2,6 mil frascos, com previsão de chegada ao país nesta semana. A distribuição será feita conforme o registro de novos casos.

“Estamos garantindo um grande estoque estratégico por precaução. Somos um ministério que preza pela vida. Não esperamos um problema de saúde pública tomar proporções maiores para agir”, reforçou Padilha.

O ministro também recomendou que os profissionais de saúde notifiquem casos suspeitos imediatamente, sem aguardar a confirmação laboratorial, iniciando o

tratamento conforme os protocolos do Ministério da Saúde.

Situação nacional

Até 6 de outubro de 2025, o Brasil contabiliza 217 notificações de intoxicação por metanol após o consumo de bebidas alcoólicas adulteradas.

Do total, 17 foram confirmadas e 200 permanecem em investiga-

ção.

O estado de São Paulo concentra a maioria dos registros, com 15 casos confirmados e 164 sob análise. O Paraná tem dois casos confirmados e quatro em investigação.

Outros 12 estados notificaram suspeitas em investigação: Acre (1), Ceará (3), Espírito Santo (1), Goiás (3), Minas Gerais (1), Mato Grosso do Sul (5), Paraíba (1), Pernambuco (10), Piauí (3), Rio de Janeiro (1), Rondônia (1) e Rio Grande do Sul (2).

Bahia, Distrito Federal e Mato Grosso descartaram os casos que estavam sob análise.

Foram confirmados dois óbitos em São Paulo. Outros 12 estão em investigação, sendo um no Mato Grosso do Sul, três em Pernambuco, seis em São Paulo, um na Paraíba e um no Ceará. ■

Com informações do Ministério da Saúde

“Somos um ministério que preza pela vida. Não esperamos o problema crescer para agir”, afirmou o ministro da saúde Alexandre Padilha.



Plenário do Congresso Nacional lotado na manhã de 5 de outubro de 1988, dia da promulgação da Constituição Federal. Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte, declarou: “Temos ódio à ditadura, amor à liberdade.”

Constituição Federal de 1988 chega aos 37 anos como uma das mais modernas do mundo

Promulgada após duas décadas de ditadura, a Constituição Cidadã consolidou a democracia, ampliou direitos sociais e se mantém referência global em justiça, igualdade e participação popular

Henrique Nunes

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição Cidadã consolidou a democracia, ampliou direitos e garantias e continua sendo referência internacional em justiça social e participação popular.

Em 5 de outubro de 1988, o Brasil dava um dos passos mais im-

portantes de sua história recente: a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como “Constituição Cidadã”.

O texto foi o resultado de um processo democrático inédito, após 21 anos de ditadura militar, e representou o reencontro do país com a liberdade, a justiça e a soberania popular.

Elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte, instalada em

1º de fevereiro de 1987, a Constituição de 1988 contou com ampla participação popular. Mais de 120 emendas de iniciativa popular foram incorporadas ao texto final, um marco de inclusão democrática que reforçou o caráter coletivo da nova Carta.

O país saía de um período de censura e autoritarismo para construir, com debate e pluralidade, as bases de um Estado moderno e socialmente comprometido.

Direitos, garantias e estabilidade institucional

A nova Constituição consolidou direitos fundamentais e ampliou garantias sociais como saúde, educação, previdência e assistência, transformando o conceito de cidadania no Brasil. Também fortaleceu as instituições e instituiu mecanismos de controle e transparência, como a autonomia do Ministério Público e a criação de órgãos de fiscalização independentes.

Ao longo de quase quatro décadas, o texto constitucional resistiu a crises políticas, mudanças econômicas e transformações sociais profundas. Suas cláusulas pétreas protegeram princípios democráticos essenciais, impedindo retrocessos e garantindo a continuidade das liberdades conquistadas. Mesmo após mais de 130 emendas constitucionais, o núcleo do projeto democrático de 1988 permanece preservado.

Por sua abrangência, equilíbrio e compromisso com os direitos humanos, a Constituição Federal brasileira é apontada por juristas e organismos internacionais como uma das mais completas e modernas do mundo.

Mais do que um texto jurídico, ela é o alicerce de uma nação que ainda busca cumprir plenamente o ideal de justiça social e igualdade que inspirou seus constituintes.

Por que a Constituição de 1988 é considerada uma das mais modernas do mundo?

Origem democrática e participação popular

Resultado de um processo amplamente participativo, a Constituição de 1988 foi redigida por uma Assembleia Constituinte eleita pelo povo, com forte presença de movimentos sociais, sindicatos e organizações civis. Essa legitimidade popular fez dela um documento vivo, representativo e comprometido com as demandas reais da sociedade brasileira.

Ampla proteção de direitos fundamentais

A Carta de 1988 vai além da proteção das liberdades individuais: consagra o direito à saúde, educação, moradia, trabalho digno e meio ambiente equilibrado. Também estabelece direitos culturais, coletivos e difusos, tornando-se uma das constituições mais abrangentes do mundo no campo social.

Criação do Sistema Único de Saúde (SUS)

Entre as conquistas mais emblemáticas da Constituição de 1988 está o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas públicos do planeta. Ele garante atendimento gratuito e universal a todos os brasileiros, do cuidado básico à alta complexidade, e se tornou símbolo da efetividade dos direitos sociais previstos na Carta. O SUS consolidou o princípio de que saúde é direito de todos e dever do Estado, um avanço que coloca o Brasil entre as referências globais em políticas de saúde pública.

Separação e equilíbrio entre os Poderes

A Constituição assegura independência e harmonia entre Executivo, Legislativo e Judiciário, prevenindo abusos e garantindo o controle recíproco das instituições. Além disso, conferiu autonomia ao Ministério Público e aos Tribunais de Contas, pilares da fiscalização pública e da defesa da sociedade.

Cláusulas pétreas e estabilidade institucional

Alguns princípios da Constituição, como o voto direto, o regime democrático e os direitos individuais, são considerados imutáveis. Isso impede que governos ou maiorias ocasionais modifiquem o coração do texto constitucional, garantindo estabilidade e segurança jurídica ao longo do tempo.

Rigidez aliada à capacidade de adaptação

Embora seja uma Constituição rígida - com processo complexo para alterações, ela permite emendas que acompanhem as mudanças sociais e tecnológicas. Essa combinação entre firmeza e flexibilidade mantém o texto relevante e atualizado sem comprometer seus fundamentos democráticos.

Princípios orientadores sólidos
A Constituição de 1988 estabelece princípios como a dignidade da pessoa humana, a cidadania, os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa. Esses fundamentos orientam a criação das leis, a formulação de políticas públicas e a atuação dos poderes, garantindo coerência e ética ao sistema jurídico.

Igualdade e combate à discriminação

O texto assegura igualdade de direitos e oportunidades a todos, proibindo qualquer forma de discriminação por raça, gênero, religião, origem ou condição social. Também reconhece e protege os direitos das populações indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, ampliando o conceito de inclusão e cidadania.

Participação cidadã e transparência pública

Além do voto direto, a Constituição garante o direito à informação e à fiscalização das ações governamentais. Instrumentos como ação popular, plebiscito e referendo fortalecem o controle social e asseguram que o cidadão participe das decisões que afetam sua vida.

Garantias jurídicas e proteção das liberdades

O texto assegura direitos como habeas corpus, habeas data, mandado de segurança e ampla defesa. Esses instrumentos jurídicos protegem o cidadão contra arbitrariedades, impedindo que qualquer poder se sobreponha às liberdades individuais.

Compromisso com o bem-estar e a justiça social

A Constituição de 1988 estabelece como objetivo central da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Ao vincular o Estado à promoção do bem-estar coletivo, reafirma que o desenvolvimento só é legítimo quando acompanhado da redução das desigualdades e da inclusão social. ■



Tarifaço: Brasil lidera exportações de carne bovina e cresce as de soja para China

Mesmo com sobretaxa de 76,4% sobre a carne bovina, país registrou recorde histórico de exportações em setembro; soja brasileira também ampliou espaço na China com queda das compras americanas

Redação Focus Brasil*

O Brasil segue ampliando sua presença no comércio global de commodities agropecuárias, mesmo em meio ao recrudescimento das barreiras impostas pelos Estados Unidos.

No caso da carne bovina, a tarifa norte-americana ao produto brasileiro chega agora a 76,4%, somando a sobretaxa de 50% anunciada em agosto à taxa anterior de 26,4%.

Apesar da medida, o país bateu novo recorde de exportações em setembro, com 314,7 mil toneladas embarcadas, segundo dados da Secretaria de Comércio Exte-

rior (Secex) divulgados nesta segunda-feira (6).

O resultado representa um aumento de 25,1% em relação a setembro de 2024, consolidando o Brasil como maior exportador mundial de carne bovina.

“Mesmo com as tarifas, os embarques se diversificaram e as empresas ampliaram as vendas para outros destinos”, informou a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec).

Diversificação de mercados e aumento da demanda

De acordo com a Abiec, as exportações para os Estados Unidos continuam, sustentadas por cortes de maior valor agregado e con-

tratos firmados antes da tarifa.

Ao mesmo tempo, os frigoríficos brasileiros ampliaram as vendas para a China, principal compradora da carne nacional, e abriram novos mercados, como o México.

Em julho, o Brasil havia exportado 276,9 mil toneladas, recorde até então; em agosto, com o impacto inicial das tarifas, o volume caiu para 268,6 mil toneladas, mas voltou a crescer em setembro.

Especialistas atribuem a recuperação à forte demanda global e à redução da oferta de gado nos Estados Unidos, o que mantém o produto brasileiro competitivo mesmo com tarifas mais altas.

Soja brasileira ocupa espaço deixado pelos EUA na China

No mesmo período, o Brasil consolidou-se como o principal fornecedor de soja para a China, aproveitando a suspensão das compras do grão norte-americano em meio à guerra comercial entre os dois países.

Entre janeiro e agosto de 2025, o Brasil exportou 77 milhões de toneladas de soja para o mercado chinês - número recorde, que compensou a queda de quase 80% nas vendas dos EUA, segundo a American Farm Bureau Federation.

A entidade aponta que o redirecionamento das compras chinesas reflete uma estratégia de diversificação de fornecedores, iniciada ainda em 2018, durante a primeira guerra comercial promovida pelo governo Donald Trump.

Além da soja, o impacto se estende a outros produtos agrícolas dos Estados Unidos, como milho, trigo e algodão, cujas exportações à China caíram a zero em 2025. ■

Com informações da Reuters e da Agência Brasil



“O PT só será forte se tiver presença nos territórios e se voltar a priorizar a nucleação”, disse Edinho em evento na sede da Fundação Perseu Abramo, em São Paulo

Encontro marca lançamento da nova etapa da Jornada Nova Primavera, voltada à formação e mobilização popular

Live nacional reuniu dirigentes do PT e da Fundação Perseu Abramo e marcou o início da etapa territorial da Jornada Nova Primavera 2025, voltada à formação política, ao trabalho de base e à mobilização social em todo o país

Redação Focus Brasil

A Live Nacional da Jornada Nova Primavera 2025 abriu uma nova etapa de trabalho voltada ao fortalecimento da militância do Partido dos Trabalhadores (PT), com foco no planejamento de ações nos territórios e na ampliação das atividades de base.

O encontro, realizado nesta quinta-feira (2), contou com a participação do presidente da Fundação Perseu Abramo (FPA), Paulo Okamoto, do presidente nacional do PT, Edinho Silva, da secretária nacional de Formação Política,

Tássia Rabelo, e da diretora da Escola Nacional de Formação, Thaís Maciel.

A transmissão do evento, que aconteceu na sede da Fundação Perseu Abramo, em São Paulo, acesse o canal da FPA no YouTube.

Para Paulo Okamoto, a nova fase da Jornada representa o elo entre formação política e prática militante. Ele destacou o papel da Fundação em articular conhecimento e pesquisa para fortalecer a atuação nos territórios. “Fazer política não é só reunião ou falar mal da direita. É se apropriar de práticas que mudem comportamento e atitude”, afirmou.

Okamoto lembrou que a FPA tem desenvolvido estudos sobre

a atuação de diretórios, núcleos e setores, além de materiais de apoio sobre segurança pública, trabalhadores de aplicativos e pequenos empreendedores. “A expectativa é que, a partir da Nova Primavera, tenhamos um partido vivo, capaz de dar conta da conjuntura que enfrentaremos”, concluiu.

Formação e trabalho de base

A diretora da Escola Nacional de Formação, Thaís Maciel, que conduziu a abertura da live, destacou que a Jornada nasceu para dialogar com o trabalho de base, oferecendo formação e mobilização nos territórios. Desde 2021, o programa já alcançou milhares

de participantes em oficinas e cursos sobre história política, comunicação popular e redes sociais.

“O Nova Primavera se propõe a ser esse espaço de troca e construção coletiva, assim como nos ensinou Paulo Freire”, afirmou Maciel.

O presidente nacional do PT, Edinho Silva, avaliou que a Jornada é parte de um processo estratégico de mobilização popular. Ele relacionou a crise econômica global ao avanço da extrema direita e defendeu o fortalecimento da democracia e das políticas sociais no país. “Vivemos uma crise longa do capitalismo, com concentração de renda e enfraquecimento da democracia liberal. Isso impulsiona o crescimento da ultradireita”, disse.

Edinho citou ações recentes do governo federal, como a retomada do PAC, o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), o fortalecimento do SUS e a aprovação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, destacando o compromisso com a justiça tributária e a redistribui-

“A expectativa é que a partir da Nova Primavera tenhamos um partido vivo, capaz de dar conta da conjuntura que enfrentaremos”, afirmou Paulo Okamoto.

ção de renda.

A secretária nacional de Formação Política, Tássia Rabelo, reforçou o caráter pedagógico e popular da Jornada. Inspirada em Paulo Freire, defendeu que o trabalho de base se concretiza em ações cotidianas, como reuniões

comunitárias, cafés coletivos e rodas de conversa. “Estar onde o povo está, escutar e dialogar é fundamental. Não dá para colocar tudo na conta do presidente Lula. Cada um e cada uma de nós faz parte da solução”, afirmou.

Rabelo destacou ainda que a mobilização social foi determinante para conquistas recentes. “Foi a força organizada nas ruas que barrou a PEC da Blindagem e aprovou a isenção do Imposto de Renda. É a luta e a organização que trazem a primavera”, concluiu.

No encerramento, Thaís Maciel lembrou que a nova etapa da Jornada já está em andamento, com ações locais em todo o país — de panfletagens a cafés comunitários e atividades culturais. Em 2024, foram realizadas mais de mil ações territoriais, com a participação de 20 mil pessoas. A meta, agora, é ampliar o alcance das atividades em 2025.

“Estamos aqui para contribuir de forma coletiva. Tenho certeza de que vamos colher muitas flores nessa nova primavera, em sintonia com o nosso Brasil”, afirmou Maciel. ■

LIVE NACIONAL

Data: 2 de outubro
Horário: 19 horas
Ao vivo no **Youtube** da
Escola Nacional de Formação do PT

NOVA PRIMAVERA
Atividades territoriais

com participação de
EDINHO SILVA
Presidente Nacional do PT

com participação de
TÁSSIA RABELO
Secretaria Nacional de
Formação Política

com participação de
PAULO OKAMOTTO
Presidente da Fundação
Perseu Abramo

<https://youtu.be/glpzmiLhiR0>



Cadê o Magrão?

Em artigo, o militante Val Carvalho relembra encontros e memórias de militância ao lado do camarada “Magrão”, figura emblemática do PCB nos anos 1970

Val Carvalho

Conheci o Magrão, ou melhor, o camarada Lima ou Montenegro no primeiro semestre de 1972, em São Paulo. Em setembro do ano anterior eu tinha chegado em Sergipe do curso de dois anos que fiz em Moscou na escola de quadros que o PCUS oferecia aos partidos comunistas dos países capitalistas. Lá defendi a tese da organização da juventude comunista e cheguei cheio de gás para realizar essa ideia, pois estava com apenas 22 anos.

Fui para São Paulo pensando ajudar no então desafio histórico colocado pelo PCB de organizar o partido nas grandes empresas sem abandonar, porém, a ideia da juventude comunista. Não consegui entrar em duas grandes fábricas metalúrgicas que contactei,

mas continuei em São Paulo ligado ao partido. Foi então que (não me lembro bem como), entrei em contato com o camarada Magrão, a quem chamava de Lima. Ele articulava o trabalho na juventude do partido e compartilhava comigo da mesma ideia da organização da juventude comunista.

Ficamos muito animados para realizar essa ideia e traçamos vários planos nesse sentido. Chegamos até a alugar uma casinha de fundos na Vila Matilde, que nunca ocupamos devido a um problema de segurança que ocorreu comigo ao ajudar um companheiro bancário.

Diante disso saí vim para o Rio de Janeiro e daqui para o Rio Grande do Sul e não tive mais contato com Magrão. No segundo semestre do ano seguinte, já ligado ao partido do Rio de Janeiro, Magrão me procura de madrugada no aparelho onde vivia para me avisar que alguns brasileiros que conhecíamos tinham sido

presos em Buenos Aires, durante um curso de formação política realizado pelo Partido Comunista Argentino. Ele passou pela capital argentina vindo do Chile. Na mesma noite eu saí do aparelho e encontrei um lugar desconhecido para continuar o meu trabalho no partido.

Esse foi o meu último contato direto com o sempre alegre e otimista camarada Magrão.

É oportuno registrar aqui que atuei no Partidão em Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (sendo que nesses três últimos estados de forma clandestina) e em todos esses lugares conheci militantes comunistas de alto valor revolucionário como o camarada Magrão. Afastei-me do partido no começo de 1980 mas nem por isso deixo de sentir muito orgulho de ter militado em suas fileiras.

Val Carvalho é militante do PT do Rio de Janeiro



Herói, vilão ou mito? A trajetória de Che Guevara 57 anos após sua morte

Cinco décadas após sua morte, o guerrilheiro argentino continua a inspirar, dividir opiniões e influenciar a política, a arte e a cultura global

Henrique Nunes

Ernesto “Che” Guevara é um dos personagens mais icônicos e controversos do século XX. Médico, guerrilheiro, ministro e idealista, o argentino se tornou símbolo da luta contra a desigualdade e do sonho revolucionário.

Admirado por uns e odiado por outros, sua imagem, registrada na célebre fotografia de Alberto Korda, ultrapassou fronteiras e ideologias. Tornou-se um ícone global da rebeldia, estampando murais,

camisetas, capas de álbuns e cartazes em manifestações de jovens de diferentes gerações.

Mais de meio século após sua morte, em 9 de outubro de 1967, na Bolívia, Che continua a inspirar movimentos políticos e artísticos. A cultura pop transformou o guerrilheiro em mito.

Ele já foi retratado em filmes como *Diários de Motocicleta* (2004), de Walter Salles, baseado em seus diários de juventude, e *Che* (2008), dirigido por Steven Soderbergh e estrelado por Benicio del Toro, que recebeu o prêmio de Melhor Ator em Cannes.

Sua figura também aparece em

documentários e obras literárias, como *Che Guevara: Uma Vida Revolucionária*, do jornalista norte-americano Jon Lee Anderson, uma das biografias mais respeitadas sobre o tema.

Che: o mito e o ícone global

Admirado por artistas e intelectuais, Che influenciou gerações. John Lennon e Yoko Ono citaram sua luta como inspiração; Jean-Paul Sartre o chamou de “o ser humano mais completo de nossa era”; e Bob Dylan, Patti Smith e Rage Against the Machine o homenagearam em suas músicas. No



Cena de *Diários de Motocicleta* (2004), de Walter Salles, que retrata a juventude de Ernesto “Che” Guevara e as viagens que moldaram sua visão política

Brasil, Caetano Veloso e Chico Buarque também o referenciaram em canções e declarações públicas.

Por trás do mito, há o homem de carne e osso — médico, ideólogo e comandante revolucionário. A seguir, sete pontos ajudam a compreender quem foi, de fato, Ernesto Guevara de la Serna.

Che: o homem e o revolucionário

1. Da medicina à revolução

Nascido em Rosário, Argentina, Che formou-se em medicina e percorreu a América Latina, onde presenciou a pobreza e a desigualdade. Essas experiências moldaram sua visão de mundo e o convenceram da necessidade de mudanças radicais. Seus relatos de viagem foram publicados em *Diários de Motocicleta*, obra que inspirou o filme homônimo de 2004.

2. O comandante da Revolução Cubana

Che integrou o Movimento 26 de Julho e embarcou no iate Granma rumo a Cuba, em 1956. Destacou-se na guerrilha da Sierra Maestra, tornando-se comandante militar e aliado de Fidel Castro. Após a vitória sobre Fulgencio Batista, ocupou cargos de destaque, como presidente do Banco Nacional de Cuba e ministro da Indústria, implementando reformas sociais e econômicas estruturais.

3. Internacionalismo revolucionário

Convicto de que a revolução deveria ultrapassar fronteiras, Che tentou expandir o modelo de guerrilha no Congo e na Bolívia. Embora essas campanhas tenham fracassado, reforçaram sua imagem de militante disposto a sacrificar o conforto pessoal pelos ideais de solidariedade internacional. O filme *Che* (2008), de Steven Soderbergh, retrata essa fase.

4. Contribuições sociais em Cuba

Che liderou campanhas de alfabetização, saúde pública e reforma agrária. Promovia a austeridade e a criação do “homem novo”, ideal de cidadão guiado por valores coletivos. Seu estilo de vida disciplinado consolidou sua imagem de coerência ideológica e de líder comprometido com o bem comum.

5. Autoritarismo e execuções

Como comandante da prisão de La Cabaña, Che supervisionou julgamentos e execuções de opositores do antigo regime. Críticos o acusam de autoritarismo e de empregar métodos duros; defensores afirmam que ele agia dentro do contexto de guerra revolucionária e da consolidação do novo governo. É um dos aspectos mais controversos de sua biografia.

6. Acusações de homofobia

Che foi acusado de ter visões homofóbicas, associando a homossexualidade ao “desvio” do ideal do homem novo. Historiadores, porém, afirmam não haver provas diretas de perseguição pessoal. A repressão a grupos LGBT em Cuba ocorreu anos depois e não pode ser atribuída exclusivamente a suas ações.

7. Mito global e legado dividido

Após sua morte, a fotografia de Alberto Korda transformou Che em símbolo mundial da rebeldia. Sua imagem foi apropriada por movimentos sociais e pela cultura de consumo, consolidando um legado que ainda provoca debate político e ideológico.



Maior festa popular da capital, o Carnaval de rua de São Paulo mobilizou centenas de blocos em 2025 e volta ao centro do debate sobre direito à cidade e cultura democrática

“O Carnaval de rua precisa ser livre e democrático”

Vereador propõe debate sobre a regulamentação do Carnaval de rua em São Paulo e defende participação dos blocos na construção das regras

Claudia Rocha

A quatro meses do Carnaval de 2026, blocos e prefeitura se preparam para dias de grandes concentrações em diferentes regiões da capital. Para ter dimensão do tamanho do evento, no ano passado, 767 blocos se inscreveram para participar da festa.

Com o crescimento da manifestação cultural surgem novos desafios, já que as regras mudam a cada ano, pela falta da consolidação de uma regulamentação.

Na Câmara Municipal, tramita um Projeto de Lei apresentado em 2016 pelo vereador Nabil Bonduki.

Uma década depois, o tema continua em debate. Ao longo dos anos, a prefeitura passou a privilegiar grandes blocos com estrutura de shows, distantes das manifestações comunitárias que dão origem ao Carnaval de rua.

Em uma audiência pública realizada na Câmara de Vereadores, na terça-feira (30), com Bonduki na presidência dos trabalhos, questões como a restrição de horários, a delimitação de espaços e o impeditivo para o surgimento de novos blocos, apareceram en-

tre as demandas dos grupos culturais que se organizam em torno do tema.

Confira a entrevista, que também tratou das concessões dos parques da cidade.

- Antes de entender a atual situação do Carnaval de rua em São Paulo, você pode contextualizar o histórico de como a prefeitura tem lidado com a questão na última década?

- É importante a gente dizer que o Carnaval de rua até 2013 não estava regulamentado pela prefeitura. Ele era, muitas vezes, perseguido, tinham algumas poucas iniciativas. E, na verdade, a grande maioria dos paulistanos

que curtiam Carnaval acabavam indo curtir em outras cidades, como Rio, Recife, Salvador. O que aconteceu a partir de 2013, com a gestão Haddad, foi uma espécie de um grande debate sobre como regulamentar o Carnaval de rua em São Paulo, quando o secretário [de Cultura] era o Juca Ferreira.

Isso também foi estimulado pelo 'Manifesto Carnavalista' que foi feito pelos blocos naquele período. E a partir daí, então, surgiu toda uma preocupação em criar uma condição favorável para os blocos poderem sair em São Paulo. E isso começa principalmente a partir de 2014, com o primeiro decreto que está baseado na lógica da prefeitura garantir a infraestrutura e a condições para os blocos poderem ocupar as ruas, bancando a limpeza, retirando as taxas que normalmente eram cobradas para eventos e fazendo com que dessa maneira o Carnaval pudesse crescer. Quando eu fui secretário, que foi 2015 e 2016, eu participei da coordenação do Carnaval, e quem coordenava, isso é uma coisa importante, era a Secretaria de Cultura. Ele era visto como uma manifestação de cidadania cultural.

Não era visto como turismo, como infraestrutura, como mercado. O projeto de lei que eu elaborei em 2016 está muito baseado nessa lógica, de um Carnaval democrático, livre, aberto, transparente, sem abadá, sem corda, sem limitações, e muito voltado para expressão que vem de baixo para cima. Mas, ao mesmo tempo, já vinha se desenvolvendo na cidade uma outra lógica de Carnaval, que é o Carnaval como evento. Ou seja, produtoras culturais contravam artistas para fazer o Carnaval com outra dimensão e isso já estava presente ali, embora não com tanta força.

- E como foi essa virada de chave desse processo que começou ali na gestão Haddad?

- O que aconteceu a partir de 2017, com a gestão Dória, e que foi se aprofundando daí para frente, é que o Carnaval de rua foi se transformando, cada vez mais, em um evento que começou a limitar os espaços de circulação, né? Não que isso não tivesse acontecido em alguma medida anteriormente. Mas, eu lembro, por exemplo,

“O Carnaval era visto como uma manifestação de cidadania cultural, não como turismo ou mercado”

que em 2016, como a questão na Vila Madalena era muito, muito grave, muito forte, uma quantidade de pessoas nas ruas do bairro, começou a ter algum controle para poder limitar a entrada de pessoas em um certo perímetro. Mas isso não limitava, de maneira nenhuma, a manutenção do Carnaval como um Carnaval livre e democrático. E o que vai acontecer a partir daí é um um amplo conjunto de limitações.

É claro que o Carnaval vai crescendo e vai se transformando

em um dos maiores eventos da cidade. E aí então vai surgir uma série de problemas que eu acho que precisam ser enfrentados nos dias de hoje. Além dessa visão do Carnaval das produtoras, cada vez mais de mercado, com os grandes blocos, tem também o ponto da limitação de horário, que não é só uma limitação em função do impacto que gera para os moradores, mas, é também uma limitação que acaba gerando público para os eventos privados, que acontecem nas noites, em lugares fechados.

Portanto, quem quiser curtir o Carnaval depois das 18 horas, como está agora delimitado esse horário, acaba sendo obrigado a ir para um lugar fechado, privado, cobrado, o que na verdade descaracteriza a ideia de um Carnaval livre, democrático. É claro que a grande questão do Carnaval, assim como dos eventos em espaço público, é a compatibilização do direito ao sossego com o direito à circulação das pessoas e as manifestações culturais.

Por isso, eu acho que essa é uma das grandes questões que estão envolvidas, não só no Carnaval de rua hoje, mas, como em todos os eventos que acontecem na cidade.

- E na gestão de Ricardo Nunes? Como isso está desenhado?

- Recentemente, o prefeito tentou aprovar uma legislação, praticamente, retirando os limites de ruído para eventos que são autorizados pela prefeitura. E isso acabou sendo aprovado como um jabuti na Câmara Municipal e caiu agora por uma decisão judicial. Então, esse é um conflito que está hoje muito presente na cidade, o conflito do ruído.

Agora, veja, o Carnaval é uma manifestação cultural restrita a um período limitado do ano. É

uma manifestação cultural muito importante da população. E não se iguala a eventos que acontecem praticamente toda semana e, às vezes, vários dias por semana o ano todo. Por isso, também existem algumas teses que são defendidas por quem tem estudado e participado dessa discussão sobre regulamentação do Carnaval, do entendimento de que um período de exceção seria justificável, assim, como o próprio Carnaval sempre foi do ponto de vista de costumes também. E nós temos visto, não só a limitação do horário, como, inclusive, o uso de força policial para dispersar os blocos de Carnaval que ficam depois do horário estabelecido.

Temos visto uma crescente tendência da prefeitura de delimitar circuitos de Carnaval, como existe em outras cidades, o que perde o caráter de um carnaval livre, democrático, mais aberto. Existe uma tendência de concentrar o Carnaval em certas regiões, em certas ruas, em certos lugares, o que pode correr o risco de transformar o Carnaval de rua numa espécie de Carnaval de escola de samba, sabe? E não deveria ser essa a intenção, né?

A lógica do Carnaval de rua. Então, vejo que temos três grandes tendências. Uma que é um Carnaval de mercado, feito por produtoras muito interessadas em levar muito público, geralmente com patrocínios. Outra que são os blocos que nasceram como blocos comunitários, com grupos de pessoas, mas que cresceram e viraram grandes grandes blocos.

Eles não têm exatamente o mesmo caráter do primeiro, porque eles têm sim uma raiz na cidade, mas viraram grandes eventos, grandes blocos, com a mobilização de dezenas, até centenas de milhares de pessoas. Tem blocos que exaltam o fato de terem 100 mil pessoas na rua, enquanto há outros que nem mesmo querem

divulgar o dia e o local de saída para continuarem sendo um bloco onde as pessoas daquele coletivo, de determinada região, se encontrem.

Então, hoje estamos em um processo crescente de transformar o Carnaval em grande evento turístico da cidade, tanto que o Carnaval saiu da Secretaria de Cultura, como era na nossa época, e foi para a Secretaria de Infraestrutura, como se o papel da prefeitura fosse cuidar somente dessa parte. E agora foi para SP-

“Estamos vendo a prefeitura transformar o Carnaval de rua num grande evento turístico da cidade”

Turis [empresa de turismo], que pode até ser uma perspectiva do Carnaval, mas não sei se é a mais adequada para a cidade.

Eu acho que esse governo está trabalhando muito nessa perspectiva de fazer São Paulo a grande cidade de eventos, o que é importante porque isso gera emprego, gera movimento econômico, mas, nós temos moradores, e nem sempre a cidade que é boa para o turista é boa para os moradores, né?

- Então, como podemos elencar as principais reivindicações dos blocos atualmente?

- Acho que tem toda uma discussão sobre patrocínio, porque os blocos menores dizem que são passados para trás nesse processo, com os apoios voltados para os eventos que chegam de fora. Tem a questão da flexibilidade de horário, que é um reivindicação muito grande hoje. Além da necessidade de olhar para o ponto da definição dos espaços dos blocos.

A regulamentação do Carnaval 2026 é muito rigorosa, muito rígida. Existe uma proibição, por exemplo, em algumas regiões, do surgimento de novos blocos, o que é um absurdo porque o Carnaval é uma manifestação cultural viva. Além do projeto que propõe que somente blocos com CNPJ tenham apoio da prefeitura.

- Nas suas redes sociais, você tem feito muitas denúncias do mau uso do espaço público, em uma perspectiva de cerceamento da circulação da população, como no caso do Vale do Anhangabaú, e concessões que encarecem os espaços, a exemplo das mudanças no Ibirapuera, e no Parque da Água Branca. Como você avalia a pauta do direito à cidade atualmente em São Paulo?

- Olha, eu acho que nós estamos muito preocupados com essa reversão de uma política que parecia consolidada, de a gente ter o direito à cidade de maneira ampla e democrática. Hoje, a gente vê situações como, por exemplo, vou falar o caso que eu considero o mais grave, que é o do Anhangabaú.

O Anhangabaú é uma praça pública, principal praça da cidade, no centro, e que, com a concessão, durante muitos dias, quando existem eventos, ela fica cercada para a livre circulação das pessoas. É um lugar onde a prefeitura

fez um grande investimento, gastou ali mais de 100 milhões de reais para fazer um projeto que, inclusive, tem sido bastante questionado.

Por exemplo, foram colocados 800 jatinhos de água, que em dias de calor, deveriam funcionar intensamente. E nunca funcionam, funcionam raramente, três vezes por dia quando funcionam. E muitas vezes também o pessoal fica cercado. As pessoas não entram. Então, essa é uma situação.

E temos os parques públicos, os mercados, os cemitérios, a Zona Azul, tudo concedido para o setor privado, que, muitas vezes, criam fatos consumados não respeitando a própria legislação do próprio contrato de concessão. E vão rentabilizando esse espaço e as concessionárias falam: “bom, nós rentabilizamos o espaço porque nós temos que pagar uma outorga onerosa para prefeitura. Temos que fazer investimento, temos que fazer a manutenção, segurança, limpeza, isso tem custos, então eu preciso comercializar esse espaço para poder, dessa maneira, garantir recursos para cobrir essas despesas”.

Então, a gente chega a conclusão que a concessão é feita cerceando o direito à cidade. Em suma, estão cobrando de pessoas que vão correr no entorno dessas áreas. Então, o espaço público começa a perder a sua característica. Daqui a pouco, vão cobrar para a gente andar nos lugares. Por exemplo, o Ibirapuera está até relativamente bem cuidado, né? Mas, há determinados serviços que acabam sendo proibitivos para boa parte da população. Em outros parques, como no da Água



lizadas.

No Parque Villa Lobos, o centro de educação ambiental está fechado. Então, a gente vê que, realmente, é uma tendência da prefeitura comercializar os espaços públicos. É claro que eu não sou contra, pode existir concessões de parque, desde que tenham regras que garantam as condições básicas. Não sou contra que você tenha um restaurante de qualidade dentro de Ibirapuera, mas você tem que ter, ao mesmo tempo, um restaurante popular,

por quilo.

“Os parques, os mercados, os cemitérios, a Zona Azul - tudo está sendo concedido ao setor privado”

Branca, a coisa é muito pior.

Ali a concessionária sequer está cuidando bem, ela mudou as características do parque. Muitas vezes áreas importantes estão cercadas, serviços que existiam, não existem mais. Coisas que estão no contrato, como, por exemplo, a educação ambiental, que deveria ser feita nos parques, não são rea-

- E como está a mobilização da sociedade em defesa desses espaços?

- Essa semana passada nós tivemos uma Audiência Pública sobre o Carnaval de rua e uma outra sobre as concessões de parques. Os conselhos gestores dos parques estão mobilizados. Há um movimento na sociedade para debater esse tema. Eu tenho alguns projetos de lei já, que vão no sentido de não cercear a concessão, porque a concessão é um contrato de longo prazo, mas com exceção do Anhangabaú, que eu acho que é uma concessão que foi feita sem autorização legislativa, de resto, a gente precisa fazer com que haja contratos e planos diretores desses parques que garantam essa convivência da concessão com o direito do cidadão, do usuário dos parques. E sobre o Carnaval de rua, os blocos estão convocando uma assembleia para que a gente possa dar andamento, inclusive aos debates da regulamentação dos blocos de rua na cidade.



Reprodução/Instagram

“Querida Bethânia, é com imensa alegria que venho ouvir a mais extraordinária cantora brasileira”, escreveu Lula no bilhete entregue à artista.



Lula emociona público ao prestigiar os 60 anos de carreira de Maria Bethânia

Durante o show que celebrou os 60 anos de carreira de Maria Bethânia, Lula entregou flores à cantora e foi ovacionado pelo público em uma noite marcada por emoção, cultura e simbolismo político

Henrique Nunes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi recebido com uma longa salva de aplausos durante o show de estreia da nova turnê de Maria Bethânia, na noite de sábado (4), no Tokio Marine Hall, em São Paulo.

O evento marcou o início das comemorações pelos 60 anos de carreira da cantora baiana e reuniu fãs de várias gerações, além de personalidades da cultura e da política.

Nos bastidores, Lula presenteou Bethânia com um buquê de rosas amarelas e um bilhete assinado por ele e pela primeira-dama Janja da Silva: “Querida Bethânia, é com imensa alegria que venho ouvir a mais extraor-

dinária cantora brasileira. Com amor, Lula e Janja.” A artista, visivelmente emocionada, agradeceu o gesto e posou para fotos ao lado do casal e da ministra da Cultura, Margareth Menezes.

Em suas redes sociais, o presidente publicou o vídeo do momento e escreveu: “Em São Paulo, prestigiando a grande Maria Bethânia. Que honra testemunhar tanta arte e potência no palco. Obrigado ao público pela recepção tão calorosa e cheia de afeto. Uma noite pra guardar no coração!”. O registro está disponível aqui.

Arte, afeto e política

Maria Bethânia subiu ao palco em um cenário de tons dourados e flores tropicais, interpretando clássicos como Festa, O Canto de Dona Sinhá e Reconvexo.

A cada canção, o público rea-

gia com entusiasmo, celebrando não só a potência artística da cantora, mas também o simbolismo de uma carreira que se confunde com a própria história da música popular brasileira.

Foi nesse clima de emoção e pertencimento que a presença de Lula provocou uma nova onda de aplausos e gritos de apoio vindos das arquibancadas e camarotes. Assim que foi reconhecido, o público se levantou e entoou o já tradicional “Olê, olê, olá, Lula, Lula”, interrompendo momentaneamente o burburinho do salão.

Parte da plateia também puxou palavras de ordem políticas, como “sem anistia”, em referência à rejeição da proposta de anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro e à PEC da Blindagem, tema que tem mobilizado setores progressistas da sociedade civil e da cultura.



Lula e Donald Trump conversaram por videoconferência nesta segunda-feira (6), em diálogo descrito como “amigável” pelos dois governos

Lula e Trump trocam telefones e prometem encontro em breve: imprensa mundial repercute

Líderes conversaram por videoconferência por 30 minutos, trocaram números pessoais e demonstraram interesse em reaproximar Brasil e Estados Unidos após meses de tensão comercial

Fernanda Otero

A imprensa internacional repercutiu a conversa entre o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, destacando o tom amisto-

so do diálogo e a troca de telefones pessoais para comunicação direta.

O encontro virtual, realizado na manhã de segunda-feira (6/10), teve duração de 30 minutos. Na ocasião, Lula solicitou a retirada da sobretaxa de 50% imposta pelo governo norte-americano a produtos brasileiros.

De acordo com o Palácio do

Planalto, a ligação foi feita por iniciativa de Trump. Os dois presidentes trocaram números pessoais para manter um canal direto de comunicação. Para o presidente brasileiro, o gesto representa “uma oportunidade para a restauração das relações amigáveis de 201 anos entre as duas maiores democracias do Ocidente”.

Lula e Trump concordaram em

se encontrar pessoalmente em breve. O brasileiro sugeriu que o encontro ocorra durante a Cúpula da ASEAN, na Malásia, reiterou o convite para que Trump participe da COP30, em Belém, e manifestou disposição para viajar aos Estados Unidos.

Repercussão internacional — A BBC destacou uma postagem de Trump em sua rede social na qual o republicano afirmou que a conversa “foi focada principalmente na economia e no comércio entre nossos dois países”. Segundo ele, “teremos mais discussões e nos reuniremos em um futuro não muito distante, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos”, sem fornecer datas específicas ou detalhes sobre os encontros.

Nos Estados Unidos, a revista Fortune publicou que a reunião foi descrita por assessores como “produtiva e cordial” e representa “uma significativa mudança de tom nas relações bilaterais”, que vinham tensionadas. A agência referiu-se a Lula como “Chefe brasileiro”.

A ABC News também noticiou o contato, destacando o convite de Lula para que Trump vá ao Brasil participar da COP30, em novembro.

Na Ásia, a emissora japonesa NHK informou que os presidentes decidiram manter diálogo direto após uma conversa de 30 minutos, incluindo a troca de números pessoais. A rede reforçou que as discussões “foram focadas principalmente na economia e no comércio entre nossos dois países”, com o compromisso de promover novas reuniões “em um futuro

não muito distante”.

Contexto político e repercussão britânica — O jornal The Guardian destacou a condenação de Jair Bolsonaro a 27 anos de prisão, mesmo após tentativas dos Estados Unidos de interferir na decisão judicial, por meio de sanções a autoridades brasileiras e

“A conversa foi focada principalmente na economia e no comércio entre nossos dois países”, afirmou Donald Trump em postagem nas redes

cancelamento de vistos. O veículo lembrou ainda o gesto de aproximação de Trump durante a Assembleia Geral da ONU, em Nova York, quando comentou: “Ele pareceu um homem muito agradável”, descrevendo uma “química excelente” entre ambos.

Relações econômicas e confiança mútua

O ministro da Fazenda, Fer-

nando Haddad, participou na manhã desta terça-feira (7/10) de coletiva transmitida pelo canal Gov.br, com a presença de emissoras de rádio de vários estados. Ele explicou que viajará aos Estados Unidos para reuniões do G20 com o Banco Mundial e o FMI, encontros que ocorrem duas vezes por

ano - e comentou a possibilidade de o senador Marco Rubio estabelecer contato com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

Haddad ressaltou “a determinação dos dois presidentes de virar essa página que marcou os últimos dois meses da relação entre os países”.

Em sua avaliação, “não faz sentido dois países com uma longa tradição de cooperação” enfrentarem tensões como as recentes. O ministro lembrou que “os Estados Unidos só têm superávit com três países: Inglaterra, Austrália e Brasil”, e que “não faz muito sentido o Brasil ser tarifado”.

Ele enfatizou que “não estamos falando apenas em nome do Brasil, mas do subcontinente, que é deficitário em relação aos Estados Unidos e preci-

sa de mais investimento”, destacando áreas de interesse comum como “transformação ecológica, terras raras, minerais críticos, energia limpa, eólica e solar”.

Manifestando otimismo, Haddad concluiu: “Isso tudo vai asfaltando a poeira e abrindo caminho para alguma coisa que vale a pena. Uma coisa produtiva, uma coisa edificante. É o que todos esperamos.” ■



Terra arrasada: dois anos da guerra em Gaza e um rastro de destruição, fome e mortes

A ofensiva israelense contra a Palestina deixa um rastro de destruição, fome e deslocamento em massa, enquanto planos de reconstrução e diplomacia tentam redefinir o futuro da região

Fernanda Otero

Dois anos após o início da guerra entre Israel e Hamas, a Faixa de Gaza está devastada, com mais de 67 mil mortos e 90% dos domicílios destruídos ou danificados. A situação de fome aguda e o colapso humanitário levaram a África do Sul a processar Israel na Corte Internacional de Justiça, enquanto um

plano chamado “Riviera Gaza” propõe transformar a região em um polo de megacidades tecnológicas.

Terra arrasada: duas palavras que descrevem a Faixa de Gaza dois anos após o início dos ataques israelenses. Em 7 de outubro de 2023, membros do Hamas e outros grupos militantes atravessaram a fronteira protegida e lançaram um ataque a Israel, resultando na morte de aproximadamente 1.200 pessoas e no sequestro de 251 reféns levados para

o pequeno território palestino.

A resposta veio no dia seguinte, com uma ofensiva militar massiva. Já são mais de 67 mil mortos em Gaza, a maioria civis - metade mulheres e crianças, segundo o Ministério da Saúde local.

Ao anunciar a ofensiva contra o Hamas, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu declarou que os objetivos eram “destruir o Hamas, retornar os reféns e garantir que Israel não possa ser ameaçado no futuro”.

Relatório da Organização In-



ternacional para Migrações (OIM) indica que 90% dos domicílios da região foram destruídos ou danificados, deixando 1,9 milhão de pessoas deslocadas internamente entre uma população de cerca de 2,1 milhões. Do lado israelense, o Exército contabiliza 460 soldados mortos.

Jornalismo sob fogo

Segundo relatório da UNESCO, a guerra em Gaza já vitimou pelo menos 62 jornalistas e profissionais de mídia mortos no exercício de suas funções desde outubro de 2023.

Em levantamento separado, o Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU (OHCHR) contabiliza 242 jornalistas palestinos mortos no mesmo período. A discrepância entre os números refletem metodologias diferentes sobre o que constitui uma morte no exercício profissional.

Os dados revelam que o conflito tornou-se um dos mais letais para jornalistas na história recente, superando em poucos meses o total de profissionais mortos em vários anos de guerras combinadas.

Fome aguda e genocídio

O bloqueio total imposto por

Cerca de 90% dos domicílios da Faixa de Gaza foram destruídos ou danificados, segundo a OIM

Israel teria criado condições de fome aguda em extensas áreas de Gaza. Estimativas apontam que a escassez de alimentos e de assistência médica causou a morte de pelo menos 450 pessoas por inanição, incluindo 150 crianças.

Agências humanitárias descrevem o cenário como uma das piores crises do século XXI, com a população civil enfrentando falta de água potável, medicamentos e alimentos básicos. Israel afirma

facilitar a entrada de ajuda humanitária por corredores estabelecidos e acusa o Hamas de desviar recursos.

Em 29 de dezembro de 2023, a África do Sul ingressou com uma ação contra Israel na Corte Internacional de Justiça (CIJ), alegando violações da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio. O caso tornou-se o primeiro desafio legal de grande escala contra as operações israelenses em Gaza perante a principal corte da ONU.

O Brasil também assumiu posição ativa no processo: em 17 de setembro de 2025, o governo brasileiro apresentou uma declaração de intervenção com base no Artigo 63 do Estatuto da Corte, juntando-se à África do Sul e refletindo o posicionamento diplomático do país no conflito.

O governo israelense rejeitou as acusações, classificando-as como “distorcidas e sem fundamento jurídico”, e afirmou que suas operações visam exclusivamente o Hamas, com medidas para proteger civis.

Plano de reconstrução “Riviera Gaza”

A estreita relação entre Donald Trump e Benjamin Netanyahu



pode ir além da resposta militar. No início de setembro, um plano vazado à Casa Branca, chamado “Riviera Gaza”, prevê transformar a Faixa de Gaza em um polo de megacidades tecnológicas. O projeto envolveria indiretamente Elon Musk e Trump, segundo o Washington Post.

A proposta inclui um parque de manufatura com o nome de Elon Musk, localizado nas ruínas da zona industrial de Erez, e busca associar a imagem do bilionário ao discurso de “reconstrução tecnológica”.

O plano prevê ainda que uma futura “entidade política palestina” - e não um Estado soberano - adira aos Acordos de Abraham, iniciativa diplomática liderada por Trump durante seu primeiro mandato.

Movimento de Resistência Islâmica – Hamas

O Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) surgiu em 1987 como dissidência da Irmandade Muçulmana durante a Primeira Intifada palestina. O grupo, que

Pelo menos 1,9 milhão de pessoas estão deslocadas internamente entre uma população de 2,1 milhões

assumiu o controle da Faixa de Gaza após conflito interno com o Fatah em 2007, é considerado uma organização terrorista por Israel e Estados Unidos, entre outros.

A carta fundamental do Hamas, que segundo estudiosos ainda rege suas ações, se opõe à existência do Estado de Israel em terras que considera histórica-

mente palestinas. Seu objetivo declarado é a criação de um Estado islâmico em todo o território que inclui a Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

O grupo difere da Autoridade Nacional Palestina (ANP), que controla partes da Cisjordânia e defende a solução de dois Estados por meio de negociações.

Planos e interesses dos EUA

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, apresentou um plano de paz de 20 pontos para Gaza que prevê a libertação de todos os reféns e o desarmamento completo do Hamas. A proposta concede anistia a militantes que “se comprometam com a coexistência pacífica” com Israel, o que significaria o fim do grupo como milícia armada.

O plano, anunciado como “a última oportunidade para uma solução pacífica”, representa a primeira iniciativa abrangente da atual administração norte-americana para encerrar o conflito. ■



Do TikTok às ruas: Geração Z lidera levantes no continente Africano

De Antananarivo a Casablanca, jovens impulsionados por redes sociais tomam as ruas exigindo emprego, democracia e transparência, revelando o poder de uma geração moldada pela era digital

Fernanda Otero

Milhares de pessoas foram às ruas de Madagascar na última semana, na maior onda de protestos em 15 anos. O movimento Gen Z Mada, liderado por jovens e

articulado por redes sociais como Facebook e TikTok, coordenou os atos que se espalharam rapidamente por várias cidades do país.

Sindicatos, incluindo o maior de Madagascar, a Solidariedade Sindical Malgaxe, aderiram às manifestações e formaram um comitê conjunto com os jovens para organizar novas mobilizações.

Os protestos chegaram à capi-

tal, Antananarivo, na sexta-feira (3), e foram reprimidos com gás lacrimogêneo pela polícia. “Ninguém se beneficia com a destruição da nação. Estou aqui, permaneço aqui pronto para ouvir, pronto para estender a mão e... para trazer soluções para Madagascar”, declarou o presidente Andry Rajoelina em discurso transmitido em sua página no Facebook.

Presidente ignora pedidos de renúncia e fala em tentativa de golpe

Rajoelina nomeou o general Rupin Fortunat Zafisambo como primeiro-ministro na segunda-feira (6/10), numa tentativa de conter a crise política. Os grupos de jovens, porém, mantêm o pedido de renúncia do presidente. Organizações da sociedade civil pediram mediação da Igreja para “impedir que Madagascar afunde no caos ou na guerra civil”.

O presidente classificou as manifestações como “tentativa de golpe” orquestrada por adversários políticos. De acordo com a Al Jazeera, a ministra das Relações Exteriores, Rasata Rafaravavitaika, afirmou que o país sofreu um “ataque cibernético em massa” e uma “campanha de manipulação digital direcionada” vinda do exterior. Ela também acusou “grupos oportunistas” de se infiltrarem nos protestos para “explorar a vulnerabilidade dos jovens de Madagascar”.

Localizado no Oceano Índico, o país é rico em recursos naturais, mas segue entre os mais pobres do mundo: 75% da população de 32 milhões vive abaixo da linha da pobreza, segundo o Banco Mundial.

Marrocos é palco de protestos liderados pelo GenZ 212

No norte da África, o coletivo juvenil GenZ 212 organizou o oitavo dia consecutivo de protestos no sábado (4/10), em cidades como

Casablanca, Agadir, Marrakech, Tânger, Salé, Oujda e Rabat. As manifestações, organizadas via Discord, TikTok e Instagram, reúnem mais de 180 mil participantes e denunciam a corrupção, o desemprego, a precarização dos serviços públicos e os altos investimentos para a Copa do Mundo de 2030.

Embora pacíficas nos primeiros dias, as manifestações se in-

cidades menores após as manifestações de quarta-feira (1/10). Segundo balanço do Ministério do Interior do Marrocos, ao menos 263 agentes das forças de segurança e 23 civis ficaram feridos durante os confrontos.

A Anistia Internacional exigiu uma “investigação imediata e independente” sobre o uso excessivo da força por parte das autoridades marroquinas. Em comunicado divulgado na quinta-feira (2/10), a organização de direitos humanos alertou para o “uso desproporcional da força” e cobrou responsabilização diante dos relatos de violência contra manifestantes.

Mais de 180 mil jovens participaram dos protestos coordenados pelo coletivo GenZ 212 no Marrocos

tensificaram, com episódios de violência, veículos incendiados e repressão policial. As forças de segurança utilizaram gás lacrimogêneo, balas de borracha e, em alguns casos, munição letal.

O coletivo juvenil GenZ 212, que defende o caráter não violento dos protestos, afirmou que “a violência não é nossa linguagem”, mas reconheceu incidentes em

A força global da Geração Z

A chamada Geração Z consolida-se como a primeira geração de nativos digitais integralmente moldada pela presença constante da internet, dos smartphones e das redes sociais. Suas experiências, valores e comportamentos são profundamente influenciados por esse contexto, resultando em uma postura social pragmática, globalmente conectada e movida por autenticidade.

Eventos históricos como a crise financeira de 2008 e a pandemia de COVID-19, somados à aceleração tecnológica, moldaram uma visão de mundo que prioriza segurança, flexibilidade e propósito. No ambiente de trabalho, a Geração Z desafia estruturas tradicionais, exige modelos híbridos e valoriza empresas com compromissos sociais e ambientais.



Palestina recebe apoio da China para integrar o Brics como país observador

Apoio chinês à entrada da Palestina no Brics reforça expansão política do bloco e sinaliza alinhamento crescente entre países do Sul Global

Fernanda Otero

A China expressou apoio à entrada da Palestina no bloco Brics após o pedido formal apresentado pela Autoridade Nacional Palestina (ANP). O país asiático defendeu que a integração possa ocorrer, inicialmente, na condição de observador ou convidado, o que permitiria avançar na agenda de cooperação e ampliar a projeção internacional da Palestina enquanto os mecanismos internos do grupo são ajustados para um eventual ingresso pleno.

“O bloco Brics permanece

aberto à participação de parceiros com ideias semelhantes e damos as boas-vindas ao envolvimento da Palestina”, afirmou Guo Jiakun, em Pequim.

A posição foi confirmada pelo Ministério das Relações Exteriores da China, que reforçou a disposição do bloco em ampliar o diálogo com países em desenvolvimento em torno de um sistema global mais justo e equitativo.

O pedido palestino foi apresentado em setembro pelo embaixador Abdel Hafiz Nofal, em Moscou, pouco antes de o bloco discutir novas adesões. O Brics se expandiu em janeiro de 2024 com a entrada de Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Atualmente, o grupo reúne cerca de metade da população mundial e responde por mais de 40% da produção global de petróleo bruto, consolidando-se como um pilar econômico, político e diplomático alternativo aos fóruns tradicionais liderados pelos Estados Unidos e pela União Europeia.

A decisão final sobre a aceitação da Palestina depende da aprovação dos demais países-membros do bloco, mas o gesto chinês já é visto como um sinal político de apoio à causa palestina e ao fortalecimento da presença do Sul Global nas instâncias multilaterais.

(Com informações da Agência Pressenza)



Reprodução

Extrema direita ganha espaço no Japão: imigrantes podem ser os mais afetados

A vitória de Sanae Takaichi no comando do Partido Liberal Democrático consolida o avanço da extrema direita japonesa e acende o alerta para riscos à comunidade imigrante, inclusive a brasileira, analisa Miguel Kamiunten

Miguel Kamiunten

No dia 4 de outubro, o Japão assistiu à eleição de Sanae Takaichi como nova líder do Partido Liberal Democrático (PLD), o partido no poder na maioria das eleições que ocorreram desde 1955. Ex-ministra dos Assuntos Internos e da Segu-

rança Econômica, Takaichi derrotou Shinjiro Koizumi em votação interna e deve se tornar a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra do Japão. Sua vitória não é apenas simbólica: representa também a consolidação de um discurso conservador-nacionalista em um momento de incertezas econômicas e sociais.

Enquanto parte do debate político se concentra em medidas fiscais, como cortes de impostos ou estímulos ao consumo, a pauta da

imigração tem ganhado cada vez mais espaço. Takaichi prometeu endurecer regras de permanência de estrangeiros, intensificar a fiscalização e ampliar medidas de segurança em regiões turísticas e áreas com forte presença de residentes não japoneses.

Para o professor japonês Shunsuke Tanabe, especialista em política migratória da Universidade Waseda, “é uma abordagem oportunista. O país se beneficia do trabalho dos estrangeiros, mas



não investe em integração nem garante seus direitos”. Esse posicionamento pode sinalizar maior vigilância e restrições administrativas, alimentando terreno fértil para episódios de xenofobia. O contraste é evidente: o Japão precisa de mão de obra estrangeira para compensar o envelhecimento populacional e a escassez de trabalhadores, mas ao mesmo tempo reforça discursos que dificultam a integração de comunidades imigrantes.

A guinada à direita também se reflete no crescimento do Sanseito, partido que conquistou recentemente 15 cadeiras no Parlamento. Inspirado no America First de Donald Trump, o lema “Japanese First” vem sendo usado para defender deportações rápidas, revisão de vistos, restrições à compra de imóveis por estrangeiros e leis de prevenção à espionagem.

Embora não tenha força suficiente para aprovar mudanças sozinho, o Sanseito conseguiu algo mais estratégico: influenciar a agenda dos grandes partidos, inclusive o PLD. Analistas alertam que essa normalização da retórica xenofóbica é hoje o maior risco político para as comunidades estrangeiras residentes no Japão.

Riscos para os imigrantes

O cenário projeta ameaças concretas para os 3,3 milhões de

residentes estrangeiros no Japão, incluindo a comunidade brasileira, que já soma décadas de contribuição econômica e social. Entre os pontos de atenção estão:

Visto permanente: mudanças previstas para 2027 tornam o status mais vulnerável, atrelando sua estabilidade a pendências fiscais e previdenciárias.

Discursos políticos: maior associação entre estrangeiros e problemas de ordem pública, o que pode levar à estigmatização.

Mercado de trabalho: risco de aumento de barreiras e menor reconhecimento da contribuição de imigrantes.

Próximas gerações: maior dificuldade para descendentes de quarta geração (yonseis) obterem visto de residência.

Em resumo, cresce o risco de o imigrante se tornar bode expiatório para problemas estruturais: o envelhecimento da população, a estagnação econômica e a falta de reformas sociais profundas.

Resistência e mobilização comunitária

Em julho, o Movimento Brasileiros Emigrados (MBE), junto a 1.159 organizações, assinou a “Declaração Coletiva de Emergência das ONG contra o incitamento à xenofobia”. O documento alertou para o crescimento do discurso de ódio e reivindicou políticas de

igualdade de tratamento para estrangeiros.

Entidades comunitárias defendem que a resposta a esse cenário passa pelo fortalecimento das associações de imigrantes, maior articulação com sindicatos e organizações japonesas, e diálogo constante com governos locais onde a presença de estrangeiros é mais visível no cotidiano das cidades.

Um paradoxo japonês

O Japão enfrenta um dilema: depende cada vez mais de trabalhadores estrangeiros para sustentar sua economia, mas avança em discursos que alimentam desconfiança e exclusão. Para analistas, o futuro será mais promissor se construído com integração, solidariedade e inclusão. Caso contrário, o risco é transformar imigrantes em bodes expiatórios de problemas estruturais, como o envelhecimento populacional, a estagnação econômica e a ausência de reformas sociais profundas.

Se a extrema direita cresce no grito, nós precisamos crescer na organização, na construção e na voz coletiva.

Miguel Kamiuntun é educador, cofundador do MBE – Movimento Brasileiros Emigrados. Mora em Tóquio e pesquisa a participação e representação política dos brasileiros emigrados. É filiado ao PT e integra militância petista no exterior.

04/10/1957

Sputnik-1 dá início à corrida espacial

Foguete que pôs satélite em órbita é o primeiro de alcance intercontinental

É lançado da base espacial Baikonur, no Cazaquistão, o Sputnik-1, primeiro satélite artificial da União Soviética e do mundo a orbitar a Terra. Projetado pelo engenheiro Sergei Pavlovich Korolev, o artefato pesa 83 quilos, mede 58 centímetros de diâmetro e leva dois transmissores de rádio. Seu lançamento visa estudar a capacidade de envio de cargas ao espaço.

Assim começava a corrida espacial entre as duas superpotências mundiais, a União Soviética e os Estados Unidos.

Ao atingir a órbita terrestre, o Sputnik cumpriria também um importante papel no campo das

pesquisas bélicas. O foguete R-7, que levou o satélite, era também o primeiro míssil de alcance intercontinental. Lançada de território soviético, a mesma tecnologia poderia ser usada para atingir os Estados Unidos em poucos minutos.

O engenheiro Korolev foi o responsável por grandes feitos da URSS no início da era espacial: os satélites Sputnik (dez ao todo); as primeiras fotografias do lado oculto da Lua (Lunik-3, 1959); o primeiro “passeio” de um homem (Aleksei Leonov, 1965) fora do veículo espacial, preso a um “cordão umbilical”; a primeira tentativa de pousar uma sonda em Vênus (Venera-3, em 1966); e o primeiro pouso de uma sonda na Lua (Lunik-9, 1966).

O ponto alto dos feitos de Korolev seria o primeiro voo de um

homem (Yuri Gágarin) ao espaço, em abril de 1961. Anos depois, em 1965, ele mandaria ao espaço também a primeira mulher, Valentina Tereshkova, na Vostok-6.

Um mês depois de Gágarin ter falado ao mundo, a bordo da Vostok-1, que “a Terra é azul”, o presidente norte-americano John Kennedy prometeria, em rede nacional de rádio e televisão, que os EUA levariam o homem à Lua até o fim da década de 1960. Oito anos depois, a promessa seria cumprida.

A corrida espacial não era apenas uma disputa pelo desconhecido, mas uma competição entre as duas superpotências da época. Tanto os EUA como a URSS queriam se afirmar aos olhos do mundo como campeões de tecnologia e símbolos do futuro.



04/10/1943

Avança a Marcha para o Oeste

Governo cria a Fundação Brasil Central para desbravar vazios demográficos

O presidente da República baixou decreto instituindo a Fundação Brasil Central, com o objetivo de

“desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental”.

Em agosto de 1940, em Goiânia, Getúlio já dissera que “o verdadei-

ro sentido de brasilidade é rumo a Oeste”. Falando de improviso, na inauguração da Associação Cívica Cruzada Rumo ao Oeste, o presidente afirmou que “o programa de rumo ao Oeste é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, pela integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas”.

E concluiu: “Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras”.



03/10/1930

Getúlio conclama à revolta armada

Revolução começa no Rio Grande do Sul; Minas e Paraíba aderem imediatamente

Liderados por Getúlio Vargas e pelo tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, movimento armado ataca três posições militares gaúchas no final da tarde. O objetivo imediato é derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito em 1º de março.

No dia seguinte aos ataques, Vargas divulgou manifesto proclamando o povo gaúcho às armas: "Estamos diante de uma contrarrevolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano".

Ainda no dia 3, Olegário Maciel publicou um manifesto no Diário

Oficial de Minas Gerais (estado que apoia o movimento): "O presidente da República, colocando-se fora da Constituição e das leis, arrastou o país à necessidade de um levante geral para restaurar o regime republicano, restabelecer a ordem jurídica, a liberdade e a Pátria".

O levante no Norte e no Nordeste começou na Paraíba, sob o comando militar de Juarez Távora e a liderança civil de José Américo de Almeida. Em três dias, eles assumiriam o controle de quase todos os estados daquelas regiões.

As tropas gaúchas logo iniciariam seu deslocamento em direção a São Paulo. O destacamento principal seguiu por via férrea, sem obstáculos, até Ponta Gros-

sa. João Alberto, que comandava um dos agrupamentos, também não encontrou dificuldades para avançar até Capela da Ribeira, além da divisa do Paraná com São Paulo e perto de Itararé, onde se esperava uma batalha sangrenta entre as tropas legalistas e os revolucionários.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
Núcleo de Produção Política, Políticas e Estudos



Centro de
Documentação e
Memória Política
Sérgio Buarque
de Holanda